

RESENHA

A questão das drogas: pesquisa, história, políticas públicas, redução de danos e enteógenos. Salvador: EdUFBA – CETAD, 2021

Matheus do Monte

Mestrando em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí (PPGAnt/UFPI)

Celso de Brito

Doutor em Antropologia Social e professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí (DCieS/PPGAnt/UFPI)

Da série “Drogas: Clínica e Cultura” (Editora da Universidade Federal da Bahia – EdUFBA), a obra “A questão das drogas: pesquisa, história, políticas públicas, redução de danos e enteógenos” de Edward MacRae reúne uma coletânea de ensaios produzidos sobre os diferentes momentos de sua carreira nos distintos campos de atuação interligados à apresentada questão. Acadêmico e militante antiproibicionista engajado nas esferas públicas do debate sobre substâncias psicoativas, sua participação também se deu junto a agentes de saúde em estudos e ações que visam a redução dos danos associados a usos cuja estigmatização e o risco se relacionam fortemente com o proibicionismo e a marginalização, como o fumo do crack e a injeção de determinados fármacos ilegais.

Nascido em São Paulo, 1946, MacRae bacharelou em *Social Psychology* pela *University of Sussex* em 1968. Obteve o título de mestre em *Sociology of Latin America*, em 1971 pela *University of Essex*, e retornou ao Brasil somente em 1976, onde obteve seu doutorado mais tarde em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP).

Transversalmente à toda estrutura da obra aqui comentada, o referencial teórico

de que se vale o autor em sua composição é fortemente decalcado na compreensão da dita “Questão das Drogas¹” enquanto fenômeno socioculturalmente enquadrado e complexo. O autor busca lembrar o leitor em cada parte de seus relatos de experiência e revisões bibliográfico-documentais que esta questão não pode ser elaborada pelo espectro do simplismo, estigmatização, segregação de seus usos ou suas populações usuárias, muito embora tratos e dispositivos institucionais da questão no âmbito nacional se mantenham resistentemente a operar sob esses entraves de natureza moralista desde os princípios das políticas proibicionistas.

Seguinte à apresentação, o primeiro capítulo intitulado “Confissões de um antropólogo fumador de maconha” — ensaio de maior extensão da obra — remonta, com brevidade, as bases multidimensionais — históricas, políticas, acadêmicas e socioeconômicas — desde o princípio do proibicionismo até a consolidação de um cenário brasileiro no qual o autor vem inserir, a partir de idos da década de 80, sua atuação acadêmica profissional e política de onde derivam seus relatos de experiência. O obscurantismo sob o qual o Brasil, até antes dos EUA, inaugurava políticas proibicionistas ainda anteriores ao século XX — e que durante o ensejo internacional da “Guerra às Drogas” se tornaram crescentemente obsessivas — chega a impactar fortemente no modo como a produção e as agremiações acadêmicas nacionais, inclusive em Ciências Humanas e Sociais, se evadiam até muito recentemente de propor qualquer debate que não corroborasse com a visão estabelecida sobre substâncias ilícitas e sobre a situação de seus usuários, qual seja, a da criminalidade, dependência, a suposta perda total das faculdades cognitivas e psicológicas e da abominação de suas formas de vida em sociedade. Na discussão sobre o uso de drogas injetáveis, do crack ou até da maconha, a justificativa sob a qual professoras e professores de renome na produção intelectual em CHS (Gilberto Velho, Ruth Cardoso, Alba Zaluar, entre outros) eram, em certo sentido, constrangidos institucionalmente a suspenderem ou adiarem a publicação de teses ou trabalhos divergentes dessas proposições postuladas foi a de que invariavelmente a opinião popular, dentro e fora do meio acadêmico, levantava profunda suspeição em tom acusatório de envolvimento ou apoio a comportamentos ilícitos — chegando, inclusive, à acusação

¹ Uma das menções, ao longo da obra, feitas a categorias construídas por Michel Foucault (adaptando da versão original deste, “a questão do sexo” (1993)): “[...] atenção para os seus dois sentidos: de interrogatório e de problematização; de exigência de confissão e de integração a um campo de racionalização. De maneira análoga, poderíamos pensar sobre os medos e segredos que rodeiam o tema do uso de substâncias psicoativas e suas relações com a consciência individual e com o funcionamento da sociedade” (MACRAE, 2021, p. 11).

de participação no tráfico, mas mais comumente do consumo dessas substâncias — diante de qualquer tentativa de contextualizações sob outro viés. Obras como a de Howard Becker, por exemplo, um dos autores basais para a argumentação transversal de MacRae e cujas propostas em *Outsiders* (2008) foram seminais na reflexão sobre as drogas a partir de outro viés, só eram acessíveis na versão completa para os leitores de inglês. A tradução feita por Gilberto Velho recebeu outro nome, *Uma teoria da ação coletiva* (1977), e teve capítulos mais específicos sobre as práticas e usos da maconha, incluindo a *carreira dos usuários* e questionamentos mais polêmicos sobre seu status de ilicitude, inteiramente substituídos por discussões mais genéricas a respeito do uso de substâncias ilícitas.

Assim, pouca ou nenhuma atenção — em certos casos, pouca atenção positiva — foi dada durante muito tempo a obras produzidas ao longo do século XX que estabeleciam um diálogo acrítico com os usos da maconha entre populações às margens dos segmentos sociais dominantes como comunidades quilombolas, indígenas, religiões afro-brasileiros, pescadores e demais agremiações populares em locais de trabalho, lazer ou prática espiritual, tornando difícil, por diversos fatores, o acesso, tanto a referências, quanto a orientações por parte dos estudantes interessados nessa ótica sobre o tema. O enredo sobre o qual Edward MacRae desenvolve seus argumentos traz nele um fio condutor frisado pertinentemente pelo autor: a noção de que políticas proibicionistas estão comprovadamente associadas ao controle das atividades, disposições pessoais e privação de cidadania de segmentos étnico-raciais e socioeconômicos específicos por parte das classes dominantes e os dispositivos dos quais estas dispõem para a manutenção dos seus interesses em sociedade (MACRAE, 2016).

O contato do autor com orientandos de seus professores e/ou colegas, bem como acadêmicos estrangeiros que participavam de seminários internacionais e militantes carreiristas do movimento estudantil brasileiro que se dedicavam a participar do diálogo sobre políticas públicas, drogas, responsabilidades individuais e cidadania, propiciou a construção de uma rede de trabalho e produção que paulatinamente o inseriria em espaços públicos de atuação e debate junto a agentes e pesquisadores na área da saúde, do direito, da segurança pública e da política institucional como o Conselho Estadual de Entorpecentes de São Paulo (Conen-SP), associado ao Instituto de Medicina Social e Criminologia (Imesc) (p. 56), a diretoria de um centro de estudos integrado ao Centro de Referência e Tratamento da Aids (CRT-Aids), além do próprio Centro de Estudos e Tratamento do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia (Cetad-UFBA).

O período dentro do qual se situa a atuação multifacetada de MacRae, desde o início dos anos 80, passando pelo início do governo Lula (2003–2011) e sua proximidade com Gilberto Gil na figura de Ministro da Cultura, também o inseriu nos longos processos de debate e disputa pela conquista de espaços dos quais surgiriam, em tese, novas abordagens de trabalho e compreensão da lida com as drogas pelos poderes do Estado, chegando até o ponto analiticamente crítico da elaboração de uma nova Lei de Drogas (Lei nº 11.343) no ano de 2006.

Junto às discussões sobre a necessidade da elaboração de políticas que visassem à redução de riscos e danos, ao invés do encarceramento e abstinência do usuário adicto, o autor reúne e expõe a contribuição de outros teóricos, fundamentais na contextualização social da “droga” como conceito e dispositivo socialmente configurado, dando muito mais atenção, por exemplo, às normas sociais vigentes autorreguladoras e racionalizadas entre os grupos usuários dessas substâncias e as suas *estruturas de vida*.

Pontualmente, o autor desenvolve, nos capítulos segundo e terceiro, as matrizes teóricas e pressupostos ético-metodológicos com as quais trabalha no livro, e nos capítulos quinto e sexto, ele aprofunda a análise sobre os contextos socioculturais do uso de drogas e afunila seu escopo até a redução de danos para o uso de canábis.

Nos capítulos terceiro e quarto, MacRae discute sobre a resistência enfrentada por pesquisadores das CHS na concretização dos métodos e técnicas de pesquisa social que, por suposto, não são enquadráveis às exigências das ciências biomédicas ou em parâmetros quantificáveis, exigidos por conselhos internos, estaduais e federais de ética em pesquisa científica. “A metodologia qualitativa na pesquisa sobre o uso de psicoativos” e “Dificuldades éticas e metodológicas de etnografias sobre o uso de substâncias psicoativas perante a imposição do modelo biomédico na pesquisa social”, respectivamente, são textos nos quais o leitor observa a conexão existente entre a impessoalidade inerente aos métodos farmacológicos, estatísticos, estruturados ou semiestruturados, e a total falta de conhecimento que perdura na maioria dos casos — dentro dos moldes propostos aceitáveis pelos CEPs — sobre os comportamentos, sociabilidades vividas pelos usuários, viciados ou não, de drogas fumáveis, inaláveis ou injetáveis. Como exposto no capítulo primeiro, é possível compreender nisso um nítido reflexo do interesse pela manutenção de determinadas estruturas por parte de segmentos que — como foi o exercício da biomedicina durante a virada do século — colaboraram com o enrijecimento do proibicionismo de determinadas substâncias ilícitas de uso popular instrumentalizado como ferramenta de controle.

Outro pilar argumentativo de imensa relevância em toda a coletânea é a de que a lida com as infinitas situações e sentidos que a “droga” pode ter ou proporcionar são sempre mais complexos, propensos ao dano à saúde física, psicológica e social — inclusive a adicção e os riscos associados a determinados consumos — quando as políticas sobre drogas são proibicionistas e segregacionistas. O embasamento nesses pressupostos cria entraves que, de outra maneira, poderiam ser evitados pelos usuários, pelos adictos e pelos próprios profissionais da saúde e reabilitação. Nesse sentido, ainda havendo a reformulação da Lei de Drogas que se mantinha em vigência desde a década de 70, e a substituição de um programa político antidrogas (PNAD)² por um “sobre drogas” em 2006, o autor não deixa de reconhecer o quanto a maioria dos casos conta com a permanência na arbitrariedade na aplicação da lei e o viés elitista e racista na conduta dos juristas.

Ao final da obra, se retoma a discussão trazida nas últimas seções do capítulo primeiro adjacientemente aos panoramas já apresentados. Explicados alguns desdobramentos históricos e sociais envolvendo diferentes linhagens religiosas ayahuasqueiras no país, inclusive aquela da qual o autor viria a fazer parte, MacRae divide nessas porções da obra suas experiências como membro do grupo de trabalho que elaborou as diretrizes para a regulamentação institucional dos usos da substância no país, bem como as discussões pertinentes às dificuldades encontradas durante esse processo. Dentro das divergências fortemente frisadas entre determinadas religiões ayahuasqueiras, uma das mais polêmicas sempre se deveu a diferentes posicionamentos no tangente a maconha — chamada Santa Maria nos grupos em que é cultuada, cultivada e utilizada sacramentalmente, vista como “droga” ou impura pelos grupos autoproclamados “ortodoxos”, defensores de que “a ayahuasca não é droga”. Uma vez que a beberagem utilizada nos cultos dessas agremiações, chamados trabalhos, é uma sabedoria dos povos originários, muito se discute também sobre como as populações indígenas e os povos da mata, de terreiros e quilombos, são e foram insistentemente excluídos dos espaços de discussão para regulamentação dos usos de seus conhecimentos.

As vitórias asseguradas e positivadas pelas instituições do Estado Democrático de Direito no nosso país, com muita luta, debate e participação ativa de personalidades engajadas como Edward, são frágeis e sabemos disso. À altura da escrita e

² Conhecida também como Política Nacional Antidrogas.

da revisão dos ensaios coletados na obra, entre 2020 e 2021, no ápice da pandemia do SARS-CoV2, o autor comenta sobre o clima de insegurança vivido diante da administração fundamentalista conservadora que desmantelava paulatinamente desde 2016 o estado de bem-estar social que se buscava construir no país. O duro golpe sofrido pelos prognósticos progressistas de Brasil quando da eleição de 2018 foi agravado durante os anos seguintes na medida em que resoluções, decretos e medidas provisórias dissolviam colegiados e conselhos de atuação da sociedade civil, bem como revitalizavam o obscurantismo da postura segregacionista e policialesca, proibicionista e manicomialista/carcerária com relação a substâncias ilícitas e seus usuários.

Atualmente interrompidos e severamente comprometidos no plano institucional, os planos das facções políticas conservadoras e fundamentalistas ainda representam, mesmo assim, um perigo para a democracia verdadeiramente cidadã e socialmente fundamentada. Questionamentos como os levantados pelo autor ao longo dessa obra em especial, como também ao longo de toda a sua obra e vida, nos convidam a refletir com seriedade no contato entre as interfaces apresentadas, nos orientando enquanto estudantes e praticantes das CHS, em trabalhar carregando conosco a necessidade crítica de se lutar pela conquista e implementação de modelos radicalmente democráticos, cidadãos, capazes de valorizar a vida e a integridade dos usuários de quaisquer substâncias, além da luta contra o proibicionismo dogmático e instrumentalizado como ferramenta de controle e opressão aos segmentos populacionais marginalizados. Nesse intuito, é preciso que protejamos, conquistemos e construamos espaços de discussão e produção suficientemente diversos, abertos e compromissados com as múltiplas dimensões dessa questão.

Referências

BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edições, 2008.

BECKER, Howard. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edições, 1977.

BRASIL. *Lei nº 11.343/2006, 23 agosto de 2006*. Publicada no DOU de 24 ago. 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

MACRAE, Edward. Canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade. *In*: MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho (Org.). *Fumo de Angola: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade*. Salvador: Edufba, CETAD, 2016. p. 23-58.

MACRAE, Edward. *A questão das drogas: pesquisa, história, políticas públicas, redução de danos e enteógenos*. Salvador: EdUFBA – CETAD, 2021.